

Sicredi UniãoMS

Ano XXII nº 3 - Agosto de 2013

Informativo da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União Mato Grosso do Sul



Qualidade de vida em números



Desde o editorial até os números da prestação de contas, esta edição aponta numa direção clara, a melhora da qualidade de vida dos associados da Sicredi União MS. É também mais uma demonstração dos processos democráticos e de transparência usufruídos pelos seus associados. Leia do começo ao fim desta edição.

Instituição Social

Veja como fazer parte dos trabalhos sociais da Cooperativa, cuja preocupação permanentemente é de melhorar as condições de vida e valorizar as pessoas. Veja alguns exemplos práticos de como a Sicredi União MS faz isso na prática. Página 3.



TICOOP: momentos de alegria

O ser humano adora lazer, descontração, bom humor e paz. Para os cooperativistas então, está no sangue. O Ticoop é uma demonstração prática de que isso é possível. Veja como na página 10.



Editorial

educação financeira e qualidade de vida

Saber lidar bem com os recursos financeiros é uma preocupação universal sempre em evidência no mundo todo, independente do período histórico. Na atualidade, esta pauta permanente inegavelmente vem crescendo no interesse das pessoas, pois a economia há muito é um dos aspectos determinantes que influenciam o desenvolvimento e a qualidade de vida das sociedades humanas.

No Brasil, por exemplo, há um aumento exponencial nessa direção, fácil de ser constatado. O conteúdo predominante da imprensa em geral, a realização de eventos específicos, como, por exemplo, o 1º Congresso Nacional de Educação Financeira nas Escolas Com o Tema: "Educação Financeira: liberdade e estilo de vida", a valorização de profissionais como economistas, contabilistas, gestores e consultores financeiros..., a lista é grande.

O Banco Central do Brasil prepara e incentiva todo o sistema financeiro nacional a oferecerem a seus "clientes/associados", cursos e treinamentos da chamada "educação financeira familiar".

O oferecimento de cursos e treinamentos, oficinas, encontros de negócios, clínicas, formação de grupos de estudos especializados (presenciais e virtuais), programas de computadores, revistas dedicadas, na imprensa ratificam essa realidade.

Na área educativa, as cooperativas de crédito se destacam por se constituírem, desde o seu nascedouro, em verdadeiras escolas de economia, com vocação prática. Nelas, as pessoas em geral exercitam e desenvolvem, no dia a dia, conhecimentos e habilidades visando a tornar melhor sua relação com recursos financeiros, em todos os níveis de complexidade.

No âmbito dos países, aqueles mais desenvolvidos sob todos os aspectos, inclusive o financeiro, são também os que apresentam população mais engajada no movimento cooperativo: Alemanha, Canadá, Japão, Espanha, França, Estados Unidos entre outros.

O Brasil ainda tem muito que se desenvolver nesse aspecto social. A participação do volume econômico dos recursos financeiros gerados nas cooperativas está na casa dos humildes dois por cento, embora venha crescendo exponencialmente nos últimos 10 anos.

A Sicredi União MS faz parte desse esforço educativo e prático, de tornar as pessoas, suas associadas em especial, mais bem capacitadas

para gerir os recursos financeiros disponíveis, buscando elevar a qualidade de vida coletivamente.

Mas não há mágica ou algum sentimento de panaceia ao se apontar o Cooperativismo de Crédito como alternativa factível para o desenvolvimento social humano. Trata-se de um processo fundamentado na assimilação de valores e técnicas eficientes e fartamente comprovado, ao longo da história, da sociedade formada por homens e mulheres, em todos os tempos.

O esforço é permanente. O desafio é gigantesco, pois envolve mudança pessoal e aplicação imediata de novos valores. E tudo isso sob o "fio da navalha" da realidade, representada pelas tentações do consumo irracional, dos fortes exemplos e estímulos no sentido contrário.

A trajetória de resultados altamente positivos e continuados da Sicredi União MS, como pode ser mais uma vez constatado nesta edição (ver as páginas centrais), desde a sua origem é algo definitivamente alentador, tanto para os seus associados, como para as comunidades nas quais a Cooperativa opera.

Vale lembrar que os resultados, no caso, positivos, conquistados pela Cooperativa sempre ficam na sua origem, quer dizer, na comunidade que a gerou. Ao contrário do que ocorre com outros tipos de instituições financeiras, cujos lucros são remetidos para os seus proprietários/aplicadores, frequentemente alienados e distantes dos geradores de riquezas.

Com isso, A qualidade de vida da população tende naturalmente à melhora, sob todos os aspectos, inclusive da sua autoestima. Ela passa a ser de fato determinante na construção de ambientes e realidades que atendem às suas demandas reais. Pesquisas mostram que nas comunidades onde existe uma Cooperativa atuando o IDH-Índice de Desenvolvimento Humano é maior, constata-se assim que "Gente que Coopera Cresce".

Ainda nesta edição, pode-se constatar o esforço da Sicredi União MS no sentido de interferir na ordem social, com ações concretas e que demonstram valores sociais elevados: solidariedade, educação permanente, fraternidade, entre outros do gênero.

A meta permanente ao se atuar em cooperativa é o de se elevar a qualidade de vida das pessoas envolvidas. Ela é um meio e não um fim. E os agentes de transformação são as pessoas chamadas de "comuns", você, eu, os associados em geral.

Boa leitura!

Expediente

Informativo Sicredi União MS

Uma Publicação Oficial da Sicredi União MS
www.sicredi.com.br • (67) 3312-8300
Rua 13 de maio, 807 - Sala 3 - Vila Liberdade
Campo Grande - MS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - Celso Ramos Régis
Vice-Presidente - Ivan Fernandes Pires Junior
Conselheiros:
Alberto Rikito Tomaoka, Alessandro G. de Souza
Arruda, Gilberto Begena, Samuel Urias Pires e
Valdeci Dias Medrado

DIRETORIA

Diretor Executivo: Luis Guilherme Salles Trindade
Diretor de Operações: Alberto Rikito Tomaoka

CONSELHO FISCAL

Alfredo Carvalho do Quadro,
Marco Aurélio Stefanos, Margareth Corniani Marques,
Nivalci Barbosa de Oliveira, Magno da Fonseca
Cação, Maria Francisca Ribeiro de Resende

NÚCLEO CENTRAL

Coordenador: Alfredo Vicente Pereira
Antônio Gomes Soares, Delfino Gonçalves de
Almeida, Euler Ferreira Martins, Gerson de Oliveira
Pinto e Rogério Alexandre S. N. Piva

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

David Trigueiro DRT/MS 102

FOTOS:

Marcos Vaz e David Trigueiro

EDITORAÇÃO/ARTE FINAL:

Editora OESTE

IMPRESSÃO E ACABAMENTO:

Editora UFMS

Aniversário da Cooperativa



FUNDADORES DA COOPERATIVA SÃO HOMENAGEADOS E COMO SEMPRE NAS UAs OS ASSOCIADOS SÃO PRESTIGIADOS

As comemorações do 25º aniversário da Sicredi União MS ocorreram no dia 23 de agosto, quando em todas as Unidades as atividades lembraram a data festiva. Na Unidade da UFMS foi inaugurada uma Placa em homenagem aos 45 fundadores da Cooperativa.

O ambiente alegre refletiu o orgulho das conquistas sustentáveis, com destaque para o

processo de educação continuada, experimentadas pela "família sicrediana União", nestas duas décadas e meia.

Na noite do dia 23 durante o encerramento do Fórum de Presidentes do Sicredi, que esse ano ocorreu em Campo Grande,

a Cooperativa recebeu uma homenagem entregue pelo Sr. Manfred Dasenbrock, presidente da Sicredi Participações SA.



Campanha do Agasalho



1.350 peças arrecadadas! Este foi o impressionante quantitativo de doações recebidas na já tradicional Campanha do Agasalho em 2013, realizada no âmbito da Cooperativa. Um dos beneficiados este ano foi o Instituto Social Pioneiro, que oferece para cerca de 60 adolescentes dependentes químicos e carentes, atividades artesanais, esportes e cursos técnicos.

Outro local selecionado pelos coordenadores de núcleos foi a Comunidade Portal do Segredo, uma região extremamente carente da capital de MS, que abriga 150 famílias.

Os agasalhos foram entregues no dia 19 de julho e, graças ao engajamento das Unidades e a cooperação dos associados, conseguiu aquecer o inverno de muitas pessoas!



AS LÍDERES DE NÚCLEO, LEDA E VERA QUE EM CONJUNTO COM TAMBÉM LÍDER, JULIA AIDA, COORDENARAM O TRABALHO DE SELEÇÃO E ENTREGA DOS DONATIVOS.

Reuniões de Núcleos

Ainda estão sendo realizadas as reuniões organizadas pelos núcleos cooperativos em todas as Unidades de Atendimento da Cooperativa visando a prestar informações atualizadas sobre: as atividades realizadas no primeiro semestre incluindo a análise da situação contábil e financeira da Cooperativa, informações sistêmicas e atividades sociais da Cooperativa. São momentos importantes dentro do processo de transparência das atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

O NÚCLEO CENTRAL REALIZA REUNIÕES NAS UAs LEVANDO INFORMAÇÕES AOS ASSOCIADOS



Seja bem vindo à Cooperativa!

Programa recebe e informa os novos associados sobre o que é a Cooperativa

Já imaginou uma recepção especial para você ao se associar numa instituição financeira. Pois é exatamente isso que a Sicredi União MS faz periodicamente para os seus novos associados, em cada Unidade de Atendimento, com a participação dos coordenadores dos Núcleos e de todo os colaboradores, incluindo os gerentes.

Na ocasião, lhes são apresentadas as informações mais relevantes para que eles

possam começar imediatamente a operar com a Cooperativa. A ideia é demonstrar efetivamente que a Cooperativa é uma instituição formada e dirigida por pessoas e para pessoas, onde o relacionamento é o que vale.

Assim, também são mostrados os programas e ações de caráter mais social e humano, os quais caracterizam e garantem a sustentabilidade dos negócios, que têm como principais insumos a confiança e a credibilidade.



"BOAS VINDAS" REALIZADAS NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO, TRAZEM MAIORES CONHECIMENTOS AOS NOVOS ASSOCIADOS.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 30 DE JUNHO DE 2013

01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um semestre prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no semestre de 2013 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União Mato Grosso do Sul - Sicredi União MS.

1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União Mato Grosso do Sul - Sicredi União MS encerrou o semestre de 2013 com ativos totais de R\$ 129.258 mil, aumento de 33,99% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em junho de 2013 R\$ 91.926 mil, com evolução de 36,11% em relação ao mesmo período de 2012.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em junho de 2013, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 78.602 mil, representando 82,49% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 13.127 mil, compondo 13,78% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 3.560 mil ou 3,73% do total (NE 04c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 113.050 mil em junho de 2013, com incremento de 31,61% em relação ao mesmo período de 2012.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 52.870 mil, com crescimento de 41,33% em relação a junho de 2012. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 24,43% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 18.270 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em junho de 2013 um patrimônio líquido de R\$ 41.734 mil, tendo um aumento de 23,77% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. PLANO DE NEGÓCIOS

No exercício de 2012 a Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à concessão de autorização para funcionamento ou alteração estatutária, em conformidade com o disposto no artigo 11 da Res. CMN nº 3.859.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas na totalidade,

permanecendo acima da meta estimada, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	9.119	13.790
Depósitos	36.795	71.140
Capital	18.817	26.327
Patrimônio Líquido	28.073	41.734
Sobras ou Perdas do Semestre	2.671	3.765
Rentabilidade do PL	9,51%	9,02%
Carteira de Crédito	51.560	84.784
Permanente	6.492	10.822
Índice de Imobilização (Permanente/PLA)	23,13%	25,93%

valores em milhares de Reais

3. CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face à complexidade dos serviços e produtos ofertados e à crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes às atividades exercidas no seu campo de atuação. A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados às estratégias globais do negócio e às demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

4. PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO - PLD/CFE

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos do Acordo de Basileia II. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

A política de gerenciamento do risco operacional constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação

dos dispositivos de monitoramento, controle e mitigação, definindo as responsabilidades dos envolvidos de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

As atividades de gerenciamento do risco operacional no Banco Cooperativo Sicredi S.A. e empresas controladas estão sob responsabilidade da Superintendência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional, vinculada diretamente à Presidência Executiva, conforme dispõe a Resolução CMN nº 3.380/06.

II - RISCO DE MERCADO

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

A Área centralizada, sob a responsabilidade da Gerência de Políticas e Projetos de Crédito e Risco do Banco Cooperativo Sicredi S.A. e subordinada à Diretoria de Crédito da mesma instituição, responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema. Essa unidade tem como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

IV - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos, assim como das políticas e práticas comuns ao Sistema Sicredi podem ser acessadas por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: "Conheça o Sicredi | Segurança|Estrutura | Banco Cooperativo Sicredi".

Conselho de Administração e Diretoria

02 - BALANÇO PATRIMONIAL - Em 30/06/2013 (em milhares de reais)

ATIVO	30/06/2013	30/06/2012	PASSIVO	30/06/2013	30/06/2012
CIRCULANTE	87.726	65.838	CIRCULANTE	85.995	62.000
DISPONIBILIDADES (NOTA 18)	2.058	1.173	DEPÓSITOS	71.140	52.093
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	26.770	21.019	Depósitos à Vista	18.270	14.683
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.046	1.246	Depósitos a Prazo	52.870	37.410
Correspondentes no país	117	74	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8.312	6.524
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 18)	24.607	19.699	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2.578	1.406
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 04)	54.074	41.024	Repasse Interfinanceiros (NOTA 09)	5.734	5.118
Operações de Crédito	59.333	43.713	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	176	87
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.259)	(2.689)	Recursos em Trânsito de Terceiros	176	87
OUTROS CRÉDITOS	4.644	1.844	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 10)	133	-
Rendas a Receber	218	167	Empréstimos País - Outras Instituições	133	-
Diversos (NOTA 05)	4.492	1.680	OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.234	3.296
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(66)	(3)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	20	12
OUTROS VALORES E BENS	180	778	Sociais e Estatutárias	469	539
Outros Valores e Bens (NOTA 06)	118	724	Fiscais e Previdenciárias	345	223
Despesas Antecipadas (NOTA 07)	62	54	Diversas (NOTA 11)	5.400	2.522
NÃO CIRCULANTE	41.532	30.627	NÃO CIRCULANTE	1.529	745
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	30.710	22.665	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.529	745
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 04)	30.710	22.665	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.529	745
Operações de Crédito	32.593	23.823	Repasse Interfinanceiros (NOTA 09)	1.529	745
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.883)	(1.158)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.734	33.720
PERMANENTE	10.822	7.962	CAPITAL SOCIAL (NOTA 14)	26.327	21.726
INVESTIMENTOS (NOTA 08a)	7.391	5.209	De Domiciliados no País	39.610	30.107
Outros Investimentos	7.391	5.209	(Capital a Realizar)	(13.283)	(8.381)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08b)	2.429	2.027	RESERVAS DE LUCROS	11.642	8.338
Imóveis de Uso	558	455	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.765	3.656
Outras Imobilizações de Uso	3.890	3.233			
(Depreciação acumulada)	(2.019)	(1.661)			
INTANGÍVEL (NOTA 08c)	1.002	726			
Outros Ativos Intangíveis	1.600	1.060			
(Amortização acumulada)	(598)	(334)			
TOTAL DO ATIVO	129.258	96.465	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	129.258	96.465

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

03 - DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS - Em 30/06/2013 (em milhares de reais)

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05		Cosif	Resolução CFC Nr.1.013/05		Cosif
	01/01/2013 a 30/06/2013			01/01/2012 a 30/06/2012		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.096	1	13.097	10.680	13	10.693
Operações de Crédito	13.096	1	13.097	10.680	13	10.693
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.151)	(10)	(5.161)	(3.478)	(14)	(3.492)
Operações de Captação no Mercado	(1.573)	-	(1.573)	(1.353)	(1)	(1.354)
Operações de Empréstimos e Repasses	(184)	(10)	(194)	(202)	(13)	(215)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.394)	-	(3.394)	(1.923)	-	(1.923)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.945	(9)	7.936	7.202	(1)	7.201
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.603)	478	(4.125)	(3.826)	398	(3.428)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.300	1.148	2.448	1.108	955	2.063
Rendas de Tarifas Bancárias	1.127	-	1.127	706	4	710
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(3.786)	(198)	(3.984)	(3.012)	(183)	(3.195)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(2.841)	(460)	(3.301)	(2.401)	(412)	(2.813)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(8)	(58)	(66)	(8)	(49)	(57)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 15)	1.894	137	2.031	1.880	185	2.065
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 16)	(2.289)	(91)	(2.380)	(2.099)	(102)	(2.201)
RESULTADO OPERACIONAL	3.342	469	3.811	3.376	397	3.773
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	127	-	127	5	(1)	4
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.469	469	3.938	3.381	396	3.777
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(173)	(173)	-	(121)	(121)
Provisão para Imposto de Renda	-	(103)	(103)	-	(70)	(70)
Provisão para Contribuição Social	-	(70)	(70)	-	(51)	(51)
SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE	3.469	296	3.765	3.381	275	3.656

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

04 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL) - Em 30/06/2013 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2012	19.919	8.338	789	29.046
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	388	-	(388)	-
Outras destinações	-	-	(401)	(401)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.023	-	-	2.023
Baixas de capital	(604)	-	-	(604)
Resultado do período	-	-	3.656	3.656
Saldos no fim do período em 30/06/2012	21.726	8.338	3.656	33.720
Mutações do Período	1.807	-	2.867	4.674
Saldos no início do período em 01/01/2013	24.553	11.129	1.282	36.964
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(748)	(748)
Destinações para reservas	-	513	(513)	-
Outras destinações	-	-	(21)	(21)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.403	-	-	2.403
Baixas de capital	(629)	-	-	(629)
Resultado do período	-	-	3.765	3.765
Saldos no fim do período em 30/06/2013	26.327	11.642	3.765	41.734
Mutações do Período	1.774	513	2.483	4.770

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

05 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) - em 30/06/2013 (em milhares de reais)

	01/01/2013 a 30/06/2013	01/01/2012 a 30/06/2012
RESULTADO DO SEMESTRE AJUSTADO	7.180	5.753
Resultado do semestre	3.765	3.656
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE	3.415	2.097
(Reversão) Provisão para operações de crédito	3.394	1.923
Depreciação do imobilizado de uso	212	186
Amortização do intangível	116	123
Baixas do ativo permanente	-	5
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(60)	10
Absorção de dispêndios pelo FATES	(247)	(150)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(11.108)	(2.807)
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	(1.880)	(1.217)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(12)	(74)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(17.063)	(12.242)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	2.787	1.371
(Aumento) Redução em outros créditos	(3.186)	(22)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	465	284
Aumento (Redução) em depósitos	5.050	9.393
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	65	14
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	5	(832)
(Redução) Aumento em outras obrigações	2.661	518
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.928)	2.946
Aquisição de Investimentos	(2.183)	(767)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(519)	(657)
Aplicações no Intangível	(420)	(273)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.122)	(1.697)
Integralização de capital	2.403	2.412
Baixa de capital	(629)	(604)
Distribuição de Sobras	(1.283)	(789)
Baixa de valores para Reserva Legal	513	-
Dividendos SicrediPar	48	131
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.052	1.150
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(5.998)	2.399
Caixa e equivalente de caixa no início do período	(NOTA 18)	32.663
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	(NOTA 18)	26.665

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

06 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União Mato Grosso do Sul - Sicredi União MS, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 26/08/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo. O objetivo deste fundo é fornecer ao associado cobertura similar à oferecida pelo FGC aos clientes dos bancos, ou seja, garantia de seus depósitos à vista e a prazo e seus saques mediante aviso prévio. Utiliza-se também dos mesmos limites operacionais do FGC das demais instituições financeiras, como a cobertura de depósitos em até R\$ 70 mil e destinações promovidas objetivando ações preventivas ou corretivas visando sempre à estabilidade econômico-financeira da Cooperativa. Estes Fundos são compostos na sua maioria entre Fundo Garantidor de Solidez e Fundo Garantidor de Depósitos.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil - Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 05 de agosto de 2013.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. As operações de crédito com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios



de natureza financeira são contabilizados pelo critério “pro rata die” e calculados com base no modelo exponencial, exceto aqueles relativos a títulos descontados, que são calculados com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

c) Componentes de caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, Caixa e Equivalentes de Caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, relações interfinanceiras – centralização financeira, com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Operações ativas e passivas

Pré fixadas: as operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos prefixados contabilizam-se pelo valor presente, registrando-se as rendas e os encargos a apropriar em subtítulo de uso interno do próprio título ou subtítulo contábil utilizado para registrar a operação.

Pós fixadas: as operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes contabilizam-se pelo valor do principal, a débito ou a crédito das contas que as registram. Essas mesmas contas acolhem os juros e os ajustes mensais decorrentes das variações da unidade de correção ou dos encargos contratados, no caso de taxas flutuantes.

e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Operações de crédito e provisão de crédito

As operações de crédito, e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos associados da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do associado
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculadas “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações de crédito com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de face, retificadas por conta de rendas a apropriar.

A provisão para perdas com as operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a classificação das operações por nível de risco.

g) Permanente

Investimentos: estão demonstrados ao custo de aquisição.

Imobilizado de uso: corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Permanente”, item “b”, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Intangível: está representado por investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação Sicredi, os quais são contabilizados nas Centrais e repassados às cooperativas, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

h) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566/08, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei nº 11.638/07, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e bens não de uso próprio, são revistos anualmente em outubro para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

A adoção desta norma, para os bens de maior valor e relevância, após inventário físico e análise dos indicadores de desvalorização, não produziu efeitos sobre as demonstrações contábeis do semestre findo em 30/06/2013.

j) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

k) Outros créditos - Títulos e créditos a receber - Operações com cartão de crédito

Os valores a receber representam os valores a faturar dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras Visa e Cartões Sicredi. Para pagamentos efetuados pelo valor mínimo da fatura (rotativo), as operações são reclassificadas para Operações de Crédito no grupo de Empréstimos.

l) Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

n) Passivos contingentes - Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Provisionados com base em opinião de assessores jurídicos, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A Cooperativa provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. A seguir o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

Provisões para riscos trabalhistas - Constituídas quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado conforme subsídios recebidos dos assessores jurídicos.

Provisões para riscos cíveis - Constituídas quando da notificação judicial, e ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos que considera a jurisprudência, os subsídios fáticos levantados, as provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Provisões para riscos fiscais e previdenciários - Referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata die”, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Direitos e Obrigações com Cartões Sicredi e Visa

A partir de janeiro de 2013 os saldos das operações de associados da cooperativa com cartões Sicredi e cartões Visa estão apresentadas nas contas patrimoniais da cooperativa para fins de evidenciação do fluxo de direitos e obrigações desta, com as empresas administradoras de cartões.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração e revisadas a cada semestre, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	30/06/2013		30/06/2012	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	51.505	28.689	80.194	59.163
Financiamentos	1.817	2.486	4.303	2.632
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.011	1.418	7.429	5.741
Carteira total	59.333	32.593	91.926	67.536

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	30/06/2013			30/06/2012	
		A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.456	17.799	17.456	25.914	63.625	49.088
Pessoas Jurídicas - Ramo Rural	-	5	80	48	133	79
Pessoas Jurídicas - Ramo Industrial	3	26	27	17	73	90
Pessoas Jurídicas - Ramo Comércio	608	3.707	1.900	1.934	8.149	3.503
Pessoas Jurídicas - Outros Serviços	225	6.884	8.157	4.680	19.946	14.776
Total	3.292	28.421	27.620	32.593	91.926	67.536

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Nível A	37.137	30.973	186	155
Nível B	24.824	21.666	248	217
Nível C	16.641	8.020	499	241
Nível D	9.224	2.866	922	287
Nível E	2.016	1.072	605	322
Nível F	677	567	338	283
Nível G	1.210	270	847	189
Nível H	3.560	2.156	3.560	2.156
Total (i)	95.289	67.590	7.205	3.850

valores em milhares de Reais

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	30/06/2013		30/06/2012	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber	3.363	-	3.363	54
Total	3.363	-	3.363	54

valores em milhares de Reais

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	30/06/2013	30/06/2012
Renegociadas	2.701	1.486
Lançadas contra prejuízo	2.865	4.715
Recuperadas de prejuízo	421	248

valores em milhares de Reais



	30/06/2013	30/06/2012
Capital Social	26.327	21.726
	valores em milhares de Reais	
	30/06/2013	30/06/2012
Total de associados	13.790	10.974

NOTA 15 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta saldo de R\$ 2.031 mil (R\$ 2.065 mil em junho de 2012), sendo que deste valor, R\$ 1.085 mil (R\$ 952 mil em junho de 2012) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central.

NOTA 16 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta saldo de R\$ 2.380 mil (R\$ 2.201 mil em junho de 2012), sendo que deste valor, R\$ 852 mil (R\$ 717 mil em junho de 2012) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 247 mil (R\$ 236 mil em junho de 2012) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 273 mil (R\$ 320 mil em junho de 2012) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central.

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias e alienação fiduciária.

Detalhamento das operações ativas e passivas	30/06/2013	% em relação ao total	30/06/2012
Depósitos à vista	82	0,45%	47
Pessoas físicas	82		47
Depósitos a prazo	277	0,52%	174
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	277		174
Operações de crédito	304	0,33%	264

valores em milhares de Reais

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	30/06/2013	30/06/2012
Pessoas chave da administração	210	172

valores em milhares de Reais

A partir de dezembro de 2012 as informações referente as transações com pessoas chave da administração, foram alteradas visando adequação a definição acima.

NOTA 18 – COMPONENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes ativos:

Caixa e equivalentes de caixa	Inicial: 01/01/2013	Final: 30/06/2013	Varição
Caixa	1.670	2.058	388
Centralização financeira em Cooperativa Central	30.993	24.607	(6.386)
Total	32.663	26.665	(5.998)

valores em milhares de Reais

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- i. Ter como finalidade atender compromissos de curto prazo;
- ii. Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa;
- iii. Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor;
- iv. Ter prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias na data da aquisição.

NOTA 19 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 30 de junho de 2013, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 20 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2013.

Luis Guilherme Salles Trindade
Diretor Executivo
CPF: 791.058.079-72

Alberto Rikito Tomaoka
Diretor
CPF: 373.795.501-87

Altair Gonçalves
Contador
CRC: MS-007708/0-1
CPF: 614.356.511-20

6 - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE (*)

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, Administração e Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União Mato Grosso do Sul - Sicredi União MS
Campo Grande - MS

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União Mato Grosso do Sul - Sicredi União MS, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União Mato Grosso do Sul - Sicredi União MS, em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre (RS), 21 de agosto 2013.



Luciano Gomes dos Santos
Contador - CRC- RS 059.628/O-2 S - MS
CNAI 3087

7 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

SICREDI Federal - MS - Cooperativa de Economia e Crédito Múltiplo de Serviços Fidejussórios em MS
Cooperativa Central, Saneamento, Classe Universitária - CNPJ 20.654.805/0001-02 - NIRE 54.40001172.14519
Fone: (67) 3323.4800 - CEP 79.079-900 - Campo Grande - MS



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Campo Grande - MS, 21 de agosto de 2013.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União Mato Grosso do Sul - Sicredi União MS e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, documentos estes relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2013.

Com base nos nossos exames realizados, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição.

Atenciosamente,

Alfredo Carvalho do Quadro
Conselheiro

Marco Aurelio Stefanos
Conselheiro

Margareth Corniani Marques
Conselheira

INTEGRAÇÃO com letras maiúsculas



Que tal participar de um evento interessante, com atividades esportivas e culturais, que estimula e ratifica amizades, provoca risos e momentos de descontração, esforço coletivo, cansaço físico e muita alegria para os participantes, tudo num ambiente no qual valores como fraternidade, cooperação e boa vontade são mandatórios?

Isso foi exatamente o que ocorreu na XXI Torneio de Integração Cooperativa – Ticoop. O mais tradicional evento do Cooperativismo do Estado de MS, que reuniu centenas de pessoas, durante dois dias de pura diversão, como parte da Semana do Cooperativismo, no início do mês de julho, promovido pelo Sistema OCB/SESCOOP-MS.

Os embates esportivos este ano renderam, como sempre, ótimas colocações à Sicredi

União MS: primeiro lugar no circuito cooperativo, bozó, sinuca, tênis de mesa feminino, damas e futebol suíço máster. Além disso, contabilizou boas colocações em diversas outras modalidades. Assim, os aplausos, assovios e gritos de incentivos fizeram parte dos anúncios dos resultados pelos organizadores.

Ideário cooperativista

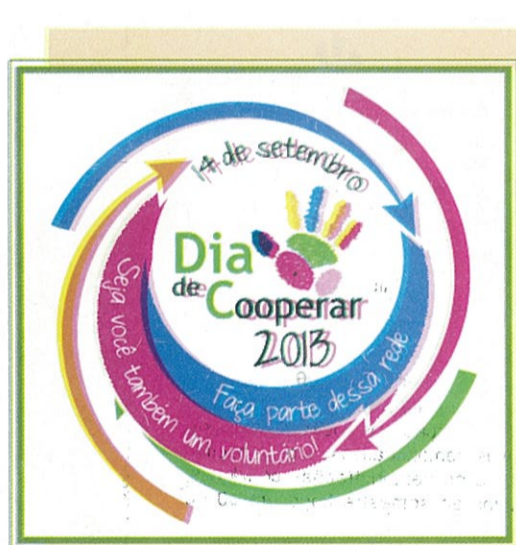
O Ticoop cumpre uma missão bem interessante, atrai e aproxima as pessoas, independentemente de sua origem, etnia, profissão, religião, ou qualquer outro parâmetro que possa desagregar. Os participantes, ligados ou



AUTORIDADES DO LEGISLATIVO ESTADUAL E FEDERAL PRESTIGIARAM A ABERTURA DO EVENTO

não a alguma cooperativa incorporam o ideário típico e predominante do movimento cooperativista.

Não houve sequer uma ocorrência desagradável registrada durante todo o evento. Esta avaliação é extremamente animadora. Reaviva e fortalece a crença de que o ser humano pode viver em paz, solidária e fraternalmente, tendo a cooperação e a mutualidade social como premissas dominantes.



Dia C

Dia de Cooperar

Mostrar à sociedade sul-mato-grossense as suas principais atividades, destacando aquelas realizadas com trabalhos de voluntariado, bem estar social e preocupação com a comunidade. Este é o objetivo do Dia de Cooperar, DIA C, promovido pelo Sistema OCB/SESCOOP-MS, no próximo dia 14 de

Setembro, com apoio e participação das cooperativas do Estado.

Em Mato Grosso do Sul, o evento ocorre simultaneamente em três cidades: Dourados, São Gabriel do Oeste e Campo Grande, sendo que na capital as atividades serão realizadas no Horto Florestal, das 13 às 18 horas, quando todas as cooperativas sediadas em Campo Grande mostram à população em geral seus programas e ações de cunho eminentemente social e de voluntariado.

A Sicredi União MS montará uma grande tenda que reunirá uma amostra dos seus projetos sociais mais relevantes, e oferecerá oficinas, como as de aproveitamento de óleo usado de cozinha para o fabrico de sabão e ainda a de reaproveitamento de banners, que são transformados em sacolas retornáveis e outros pequenos artigos de grande utilidade no dia a dia, por exemplo.

Em parceria com a Coordenadoria de Desporto/PREA da UFMS, fará parte também do Dia C, o Passeio Ciclístico que terá sua largada as 14 horas em frente ao Estádio Morenau e chegada no Horto Florestal. Participe!

Dia Internacional das Cooperativas de Crédito



O Dia Internacional do Cooperativismo de Crédito (DICC) é celebrado anualmente na 3ª quinta-feira do mês de outubro. Na edição de 2013, a data cairá no dia 17 (dezessete).

O tema de 2013 já foi estipulado, "Cooperativas de Crédito: Unidas pelo bem, O Melhor Caminho", e a partir dele, o WOCCU-Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito convida todas as cooperativas do Mundo para festejarem juntos esse dia tão especial para o calendário mundial.

O objetivo é unir ainda mais os esforços, no sentido de contribuir para que o mercado cooperativo continue a crescer e valorizar sua função perante a sociedade.

No Brasil, a CONFEBRAS-Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito promove todos os anos a divulgação do DICC, para saber mais acesse o site www.confabras.com.br/dicc.